

1 **CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

2 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSEMA**

Data: 10/06/2024	Local: Auditório da SEAMA/SETADES
Início: 14:00hs	Término: 16:15hs
PAUTA: <ol style="list-style-type: none">1. Verificação do quórum e abertura da Sessão;2. Aprovação da Ata da reunião anterior;3. Análise do Parecer Técnico do IEMA, que versa sobre Requerimento de Licença Prévia (LP) para a atividade de Linha de Transmissão de Energia e unidades de apoio (ampliação das subestações associadas), denominada Linha de Transmissão Piraquê -500 kV João Neiva 2 - Viana 2 (C1, CS) com 77,3 km e 345 kV Viana 2 - Viana (C3, CS) com 7,46 km, nos municípios de João Neiva, Ibiraçu, Fundão, Santa Leopoldina, Cariacica, Domingos Martins e Viana, no estado do Espírito Santo. Processo nº 90248635 Requerente: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - ISA/CTEEP;4. Apresentação da Política Estadual da Biodiversidade. Requerente: SUBAP/SEAMA;5. Assuntos gerais;6. Encerramento.	

3 **CONSELHEIROS PRESENTES:**

- 4 • Cons. Titular - Mario Stella Cassa Louzada (**SEAMA**)
- 5 • Cons. Suplente - Gilberto Arpini Sipioni (**SEAMA**)
- 6 • Cons. Suplente (representante) - Danielton Vinagre (**SEAG**)
- 7 • Cons. Suplente - Jaqueline Graziela Malacarne (**SEDES**)
- 8 • Cons. Suplente - Cátia da Silva Mendonça (**SEG**)
- 9 • Cons. Titular - Antonio Ricardo Cassa Louzada (**ANAMMA**)
- 10 • Cons. Suplente - Dayanne Nascimento Correia (**ANAMMA**)
- 11 • Cons. Titular - Iramaya Sepulcri Salaroli (**ANM**)
- 12 • Cons. Suplente - Luciano Bazoni Junior (**IBAMA**)
- 13 • Cons. Titular - Graciele Zavarize Belisário Gobetti (**FINDES MINERAL**)
- 14 • Cons. Suplente - Mayla Feitoza Barbirato (**FINDES MINERAL**)
- 15 • Cons. Suplente - Jennifer Oliva Coronel (**FINDES INDUSTRIAL**)
- 16 • Cons. Suplente (representante) - Fernanda Esteves Fleury de Freitas (**FAES**)
- 17 • Cons. Titular - Almir Bressan Junior (**FECOMÉRCIO**)
- 18 • Cons. Titular - João Paulo da Fonseca Lamas (**FETRANSPORTES**)
- 19 • Cons. Titular - Celmo de Freitas (**SINDIROCHAS**)
- 20 • Cons. Titular - Marianne Rios de Souza (**SINDUSCON**)
- 21 • Cons. Suplente - Tarcio Luiz Vaz da Silva (**SINDUSCON**)
- 22 • Cons. Suplente - Leonardo Paraíso Ferrari (**CREA/ES**)
- 23 • Cons. Titular - Idalucia Schimith Bergher (**CRBIO/ES**)
- 24 • Cons. Titular - Jean Carlo Cassiano (**FAMOPES**)
- 25 • Cons. Suplente - Deisy Silva Correa (**CUT/ES**)
- 26 • Cons. Titular - Camilla Bridi Gomes (**CAP**)

- 27 • Cons. Titular - Renata Oliveira Bonfim (**IBA**)
- 28 • Cons. Suplente - Yhuri Cardoso Nóbrega (**INSTITUTO MARCOS DANIEL**)
- 29 • Cons. Titular - Iberê Sassi (**INSTITUTO GOIAMUM**)
- 30 • Cons. Suplente - Weber Alves da Rocha (**INSTITUTO GOIAMUM**)

31 **CONVIDADOS:**

- 32 • Wesley Jose Borges Uhlig (IEMA)
- 33 • Jefferson Novellino (IEMA)
- 34 • Maria Sepulcri Salaroli (IEMA)
- 35 • João Paulo Furtado de Oliveira (IEMA)
- 36 • Theone Valadares Soares (IEMA)
- 37 • Chander Rian de Castro Freitas (IEMA)
- 38 • Leandro Soares (ISA/CTEEP)
- 39 • Ana Beatriz Peixoto dos Santos (ISA/CTEEP)
- 40 • Claudiléia P. C. Nobre (DOSSEL AMBIENTAL)
- 41 • Luiz Guilherme da Costa Cruz (Prefeitura de Viana/SEMMA)
- 42 • André Luis Queiroz (Prefeitura de Viana/SEMMA)

43 **SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO:**

- 44 • Cintia Cândido Matias Laures (Secretária Executiva)
- 45 • Cintia B. Jacobsem (Coordenadora Jurídica)
- 46 • Elias Morgan (Coordenador Técnico)

47 **PONTO I - VERIFICAÇÃO DE QUORUM E ABERTURA DA SESSÃO;**

48 O Presidente do CONSEMA o Sr. Felipe Rigoni abre a reunião, comunica a existência de quórum com
49 22 (vinte e duas) instituições presentes, dá boas-vindas aos Conselheiros, cita as duas importantes
50 pautas para serem apreciadas e votadas nesta reunião, e passa para o próximo ponto de pauta.

51 **PONTO II - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR;**

52 Ata da reunião aprovada por unanimidade.

53 **PONTO III - ANÁLISE DO PARECER TÉCNICO DO IEMA, QUE VERSA SOBRE REQUERIMENTO DE**
54 **LICENÇA PRÉVIA (LP) PARA A ATIVIDADE DE LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA E UNIDADES DE**
55 **APOIO (AMPLIAÇÃO DAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS), DENOMINADA LINHA DE TRANSMISSÃO**
56 **PIRAQUÊ -500 KV JOÃO NEIVA 2 - VIANA 2 (C1, CS) COM 77,3 KM E 345 KV VIANA 2 - VIANA (C3, CS)**
57 **COM 7,46 KM, NOS MUNICÍPIOS DE JOÃO NEIVA, IBIRAÇU, FUNDÃO, SANTA LEOPOLDINA,**
58 **CARIACICA, DOMINGOS MARTINS E VIANA, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. PROCESSO Nº**
59 **90248635 - REQUERENTE: COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA -**
60 **ISA/CTEEP;**

61 A Sr.^a Cintia Cândido Matias Laures/Secretária Executiva abre o tema e passa a palavra para a
62 representante do empreendedor, a Sr.^a Ana Beatriz dos Santos, coordenadora de meio ambiente da
63 ISA/CTEEP, que faz sua apresentação (EM ANEXO) acerca da empresa e do empreendimento. Ela diz
64 que o grupo ISA é o maior grupo de transmissão de energia elétrica da América Latina, com 35
65 concessões em 18 estados brasileiros e transmitindo pelas suas redes cerca de 30% da energia no
66 Brasil, e este projeto Linha de Transmissão Piraquê, da ISA/CTEEP, é fruto do lote 3 do leilão da
67 ANEEL nº 1/2022, que trata, no ES, de um trecho de linha de transmissão de 85 km, o qual prevê a
68 instalação de 185 torres de transmissão, com previsão de duração da obra de 18 meses e, após, a
69 etapa de energização. Em seguida ela apresenta a Sr.^a Claudileia Pereira como representante da

70 consultoria ambiental especializada da Dossel Ambiental, responsável por elaborar todos os estudos
71 ambientais e conduzir, junto com a requerente, as audiências públicas, para a qual passa a palavra
72 para fazer a apresentação (EM ANEXO) acerca dos estudos ambientais do empreendimento, a qual
73 conclui que esse empreendimento é indicado pelo Ministério de Minas e Energia e que nenhuma
74 característica socioambiental identificada invalida a sua instalação e, além, que combinada com os
75 benefícios apontados, é indicada a viabilidade da implantação das linhas de transmissão Piraquê. Em
76 seguida, é passada a palavra para o Sr. Weslei Uhlig, representante da equipe do IEMA, fazer sua
77 apresentação (EM ANEXO) acerca da análise técnica dessa licença. Ele se apresenta como
78 responsável pelo licenciamento dos empreendimentos relacionados a petróleo, gás, energia e obras
79 costeiras e apresenta a equipe do IEMA que contribuiu com a análise técnica deste Parecer Técnico.
80 Ele primeiramente apresenta acerca da contextualização do empreendimento, o EIA/RIMA,
81 solicitação de complementações à empresa, análise técnica no âmbito do licenciamento,
82 compensação ambiental, resultando no Parecer Técnico 053/2024, onde há a sugestão de emissão de
83 LP, e no que se refere à compensação ambiental pela CCA, por meio do Parecer Técnico 006/2024 é
84 informado que o valor da compensação é de R\$ 458.681,14, o qual será direcionado ao Parque
85 natural Municipal Rota das Garças, em Viana/ES. Ele informa que o IEMA conclui pela viabilidade
86 ambiental do empreendimento, considerando todos os programas mencionados no estudo
87 ambiental, no EIA/RIMA, considerando todas as medidas propostas e as informações técnicas
88 referentes à instalação do projeto e finaliza sua fala, informando ainda sobre a minuta de Licença
89 Prévia contendo 22 condicionantes ambientais técnicas, informativas, orientativas e administrativas,
90 dos três meios - físico, biótico e socioeconômico, sugeridas pelo IEMA, as quais serão apresentadas
91 em seguida, para que sejam apreciadas e colocadas em votação pela plenária. Ele inicia a leitura do
92 texto das 22 condicionantes da LP (em anexo) para que os membros conheçam o conteúdo de cada
93 condicionante e coloquem seu posicionamento, uma a uma, se a favor, se contra, ou se solicita
94 modificação para aprovação. Após as considerações sobre o empreendimento e a leitura da minuta
95 de licença prévia de 22 condicionantes e as sugestões propostas pelo IEMA, no que se refere à
96 emissão de Licença Prévia, o Presidente do CONSEMA Sr. Felipe Rigoni passa a palavra para o relator
97 da CT Grandes Projetos, o Sr. Iberê Sassi/INSTITUTO GOIAMUM, que diz que há 15 anos atrás,
98 quando ele fez os primeiros relatos, referentes a licenciamentos, especialmente de grandes projetos,
99 naquele tempo o relator fazia tudo isso que o IEMA fez agora, ou seja, era muito mais trabalhoso,
100 pois além de participar da análise nas câmaras técnicas, ainda tinha-se que fazer esse relato e depois
101 discutir as condicionantes uma por uma, e havia todo um procedimento longo até a aprovação final,
102 mas apesar de trabalhoso, era bastante eficiente porque a participação era bastante intensa. Com
103 essa fala, ele não quer dizer que a forma como está sendo feita agora dificultou ou impediu a
104 participação dos conselheiros nessas discussões do licenciamento, mas que essa é praticamente a
105 última fase, é a aprovação final dessa questão, e então houve na CT Grande Projetos essa mesma
106 apresentação, depois foram apresentados cada uma das condicionantes, foram feitos vários
107 questionamentos por parte da Câmara, inclusive uma da sua autoria com relação à questão do
108 procedimento de limpeza das áreas de acesso, das vicinais de acesso às torres e houve algumas
109 outras considerações, mas uma vez que grande parte desse empreendimento já é existente, não se
110 amplia de forma nenhuma os eventuais danos ambientais causados pela construção original, o único
111 detalhe diz respeito a um novo acesso, mas é existente e, inclusive, atualmente por ele é feita
112 regularmente a manutenção das linhas já existentes, e então ele afirma que os cuidados na hora da
113 análise do processo foram tomados tanto por parte do IEMA, quanto por parte também dos
114 conselheiros que participaram dessa última reunião e não lhe foi demandada nenhuma observação

115 especial com relação a isso. Portanto, como relator, ele recomenda ao Conselho que aprove esse
116 licenciamento e se alguém tiver qualquer dúvida, tanto ele quanto a equipe do IEMA estão ali para
117 responder. Em seguida, é quebrado o protocolo pelo Presidente do CONSEMA e é passada a palavra
118 para o Sr. Luiz Guilherme Cruz, Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Viana, que
119 diz que a empresa já apresentou as considerações para a Câmara Técnica, para os analistas da
120 Gerência do Licenciamento do IEMA, e em relação à questão da compensação, uma vez que passa
121 dentro parque da Unidade de Conservação em Viana, ele diz que já foi abordado tanto no estudo
122 quanto para os conselheiros, e a preocupação quanto a passar o empreendimento dentro da
123 Unidade de Conservação, foi feito o estudo e a atualização do plano de manejo, enfim, toda a
124 reconstrução das áreas que eram divididas, hoje é uma área unificada de 400 mil m², apresentado
125 também para a equipe técnica da Prefeitura Municipal de Viana. Em seguida, é aberta a palavra para
126 a plenária, e o Sr. Yhuri Nóbrega/INSTITUTO MARCOS DANIEL parabeniza o empreendimento, e
127 questiona acerca de sua preocupação em relação às espécies ameaçadas de extinção, que sentiu falta
128 do detalhamento de quais são essas espécies que têm, inclusive, algumas criticamente ameaçadas de
129 extinção e de que forma as condicionantes ambientais vão garantir que elas se mantenham, visto que
130 se está falando de uma área de uma riqueza biológica importante e de um estado que tem uma das
131 maiores densidades de espécies ameaçadas de extinção do país. O servidor do IEMA, Sr. Jefferson
132 Novellino, analista responsável pelo meio biótico, responde que essa questão é trabalhada através
133 dos programas, no caso da flora, o programa de germoplasma, os programas de monitoramento e de
134 resgate, é a forma que o órgão utiliza para preservar e manter as espécies ameaçadas. A Sr.^a
135 Claudiléia Nobre, da Dossel Ambiental, técnica representante do empreendedor, complementa a fala
136 do IEMA, dizendo que foi trazida uma apresentação sucinta, mas que, tanto agora ou, se for o caso,
137 após a reunião, pode ser apresentado também acerca do questionamento, as espécies identificadas,
138 tanto por dados secundários quanto por dados primários, e conforme dito pelo Sr. Jefferson
139 Novellino, a forma, tanto de compensação quanto de minimização dos impactos em cima desses
140 indivíduos, realmente se dará durante a execução da obra, com os programas de resgate de
141 germoplasma e de afugentamento de fauna e, posteriormente, com a própria compensação que será
142 realizada no município de Viana. O Sr. Yhuri Nóbrega/INSTITUTO MARCOS DANIEL pergunta quais
143 são, de fato, as espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, pois no processo ele só viu as
144 espécies de flora, e se elas estão contempladas dentro da Unidade de Conservação de Viana. A Sr.^a
145 Renata Bonfim/IBA, do Instituto Ambiental Reluz, diz que tem questionamentos em relação à fauna,
146 que leu o documento que consta que haverá 53,98 ha de supressão, ao longo de toda a extensão e
147 que são cinco espécies endêmicas da flora, oitenta e uma no total, nove vulneráveis e uma em perigo
148 e diz que a sua RPPN fica próxima a essa região de estudo e que ela quer saber onde há essas
149 informações, e ela diz que também está na documentação que o empreendimento intercepta o
150 corredor ecológico Centro-Norte Serrano e quando ela vê um empreendimento inserido em área
151 prioritária para a conservação, e vê esse valor de compensação de R\$ 158 mil para a instituição, ela
152 acha este valor pequeno, mas que não irá entrar nesse mérito, e que apenas gostaria de apoiar a fala
153 do IMD, de que quer saber que animais são esses, porque eles vivem o dia a dia da gestão ambiental
154 e, no caso, as linhas de alta tensão, por exemplo, passam dentro da sua RPPN, e por conta disso, eles
155 enfrentam um problema gravíssimo de animais sendo mortos pela alta tensão, e que acha que o
156 endemismo, tão importante, está sendo tratado de uma maneira muito simplista. O Presidente do
157 CONSEMA, Sr. Felipe Rigoni, esclarece que todas as informações constam dentro do processo e que
158 em relação ao valor da compensação ambiental, existe um método de cálculo específico, baseado na
159 Resolução CONSEMA nº 02/2010 e não é uma escolha do órgão, é estipulado o valor de até meio por

160 cento do valor do investimento no empreendimento. O Sr. Jefferson Novellino, analista do IEMA, diz
161 que em relação às espécies, elas estão descritas no EIA/RIMA, que está disponível no site, em um
162 documento público, onde estão listadas uma série de espécies ameaçadas, endêmicas mesmo, mas
163 por ser um empreendimento de utilidade pública, todo tratamento com as espécies é feito dessa
164 forma, monitorar para ver o resultado, fazer o resgate, o germoplasma, que são as ferramentas que
165 se tem pra fazer. Em relação ao corredor, não há impedimento legal para supressão, para que o
166 empreendimento perpassasse ali. O Sr. Ricardo Louzada/ANAMMA, Secretário de Meio Ambiente de São
167 Mateus pergunta se a compensação está sendo feita pelo meio por cento da instalação do
168 empreendimento, ou é uma compensação pela retirada das espécies ameaçadas, ou essa tem a ver
169 com a compensação do IDAF, que tem que se manifestar pela autorização de supressão, ou seja, se
170 tiver autorização de supressão do IDAF, se for feita compensação financeira, ele pergunta para onde
171 vai esse recurso do IDAF. O Presidente do CONSEMA Sr. Felipe Rigoni esclarece a ele que essa
172 compensação é a que está no SNUC, Sistema Nacional de Unidade de Conservação, que existe uma
173 matriz de impacto, tem um cálculo que é feito na Resolução CONSEMA nº 002/2010, de que se faça
174 esse investimento que vai até meio por cento do valor de investimento do empreendimento. Então, o
175 IDAF ainda irá realizar essa análise, isso volta para o CONSEMA para votar acerca da supressão, hoje
176 se está aprovando o licenciamento, ou seja, a supressão é outra matéria. O Sr. Yhuri
177 Nóbrega/INSTITUTO MARCOS DANIEL diz que sua fala é pela preocupação com as espécies que são
178 criticamente ameaçadas, que ele entende que é um empreendimento de utilidade pública, mas as
179 espécies em ameaça de extinção prestam serviço ecossistêmico, que também é de utilidade pública.
180 Ele então diz que sua fala é de conciliação, sobre a gestão muito corajosa do Sr. Felipe Rigoni, com a
181 gestão do IEMA, e com os amigos do IBAMA, e diz ainda que, recentemente, houve
182 coincidentemente com a temática linhas de transmissão uma abordagem diferente, e que foi um
183 sucesso em nível nacional, que foi com a transmissão Caminho do Café, que passa também nessa
184 mesma região, de Pedra Azul e que, ao invés de se fazer metodologias clássicas e batidas como
185 afugentamento de fauna, que a ciência já aponta que não é a melhor metodologia a ser feita, do
186 ponto de vista de eficiência, foi estabelecido, junto ao IBAMA, IEMA e Governo do Estado do Espírito
187 Santo, um programa de conservação específico para cada uma dessas espécies que são criticamente
188 ameaçadas de extinção e as endêmicas. Então, ele sugere, nessa pauta, ao invés dessas metodologias
189 clássicas, a adoção dessas metodologias específicas, visto que se está falando de espécies que não
190 são comuns, ou seja, espécies que são criticamente ameaçadas à extinção e que, se mexerem um
191 pouquinho no ambiente delas, elas serão extintas, pois são espécies que só existem naquele tipo de
192 ambiente. Então, ele concorda com o empreendimento, acompanha o relator Sr. Iberê
193 Sassi/INSTITUTO GOIAMUM, mas acredita que é necessário um olhar mais refinado, e essa é mais
194 uma oportunidade do Estado do Espírito Santo provar que tem uma gestão diferente, corajosa, uma
195 gestão ambiental eficiente, e assim estabelecer programas de conservação específicos para essas
196 espécies que são, de fato, ameaçadas à extinção e em nível extremo, que inclusive ele está na dúvida
197 quais são elas, pois no processo estão detalhadas algumas de flora, e as de fauna, ele pode ter
198 errado, mas diz que não viu isso detalhado no processo, mas ele deixa como sugestão para que se
199 tenha programas de conservação, não só de afugentamento de fauna, pois essa metodologia já
200 mostra que isso não é eficiente, de fato, para essas espécies que são criticamente ameaçadas e,
201 dessa forma, ele acha que vai servir até de “case” para a empresa, ter um empreendimento com
202 programa de conservação que, ao invés de causar impacto nessas espécies, poder salvá-las das
203 extinções, como foi o caso da transmissão o “Caminho do Café”, que desenvolveu um programa de
204 conservação junto ao IEMA e ao IBAMA, que foi o programa de conservação da Saíra Punhalada. Em

205 seguida, a Sr.^a Idalucia Bergher/ CRBIO, diz que tem plena ciência da questão da SNUC, de ser até
206 meio por cento, o que determina a legislação e, efetivamente, tem-se 53 hectares de floresta que
207 serão retirados e, em contrapartida uma compensação de 460 mil reais e esse cálculo faz referência a
208 Resolução CONSEMA de 2010 e agora é 2024, com avanços ambientais extremamente significativos
209 em relação à biodiversidade, e então ela traz um cálculo de que um hectare de floresta a ser
210 recuperado não custa menos de 60 mil reais, então, supondo que se calcule com 50 mil reais vezes 53
211 hectares, isso daria um valor a ser compensado de 2.650.000 reais, que seria o mínimo necessário
212 para se recuperar, para se compensar só a floresta. E não se está falando nem de biodiversidade.
213 Então, ela acha que é um empreendimento extremamente importante e concorda com o relator, Sr.
214 Iberê Sassi/INSTITUTO GOIAMUM, mas deixa esse registro da importância de se atualizar de maneira
215 urgente essa Resolução CONSEMA, que está efetivamente ultrapassada. Ela ainda diz que em 2021,
216 quando ela trabalhava como DT no IEMA, ela elaborou uma Nota Técnica, número 13, em comum
217 acordo com outros servidores que eram efetivos, mensurando esse coeficiente de recuperação de
218 áreas degradadas, e isso nunca foi publicado. Então ela pede que seja retomado esse assunto em
219 pauta, não somente com seus conhecimentos, mas com conhecimentos de engenheiros florestais,
220 engenheiros agrônomos, IEMA, IDAF, pois hoje o valor utilizado é de 25 mil reais por hectare, e isso já
221 tem mais de 15 anos, a atualização que ela fez já subia para 40 mil/ha, em 2021, e então, já se tem
222 ainda que fazer um reajuste de despesa, de imposto, de inflação, e reforça que esse trabalho está
223 pronto e nunca foi publicado e que o valor de compensação cobrado é muito incipiente. O Presidente
224 do CONSEMA Felipe Rigoni disse que a representante do CRBIO-ES pode fazer a proposta de revisão
225 da resolução, a qual pode partir de uma Câmara Técnica. Em seguida, o Sr. Mario Louzada/SEAMA,
226 Diretor Presidente do IEMA, diz que é a sua primeira participação em reunião como Conselheiro e diz
227 que o IEMA, assim como o IBAMA e o ICMBIO, ao longo do tempo passa por muitas dificuldades,
228 muitos acertos, alguns erros, mas, com muita luta, e que ele teve conhecimento dessa Nota Técnica
229 assim que ele entrou no IBAMA, e ela vem sendo atualizada, debatida, discutida, e assim como,
230 também, por exemplo, o Parque do Caparaó, que do lado do Capixaba só tem dois servidores do
231 ICMBIO e poderia haver mais, porque dessa forma se conseguiria diminuir as mais de 800 invasões
232 pelo lado capixaba atualmente existem, mas é sabido que o ICMBIO, o IEMA e o IBAMA passam por
233 dificuldades e que todos os entes do SISNAMA não três esferas precisam trabalhar em conjunto para
234 seguir adiante. Ele diz que os servidores do IEMA trabalham com muita, mas muita responsabilidade,
235 e ele também tem imenso prazer, satisfação e orgulho de saber que os servidores, que hoje são
236 liderados por ele, trabalham muito, de forma assertiva e se cometem algum erro ou se deixam de
237 fazer alguma coisa é porque tiveram que fazer outras coisas para que o sistema funcionasse, para
238 que as coisas andassem, e não por falta de zelo ou omissão, e que ele entende que todos eles só
239 conseguirão avançar com o SISNAMA funcionando, com as ONGs funcionando e sendo respeitadas
240 pelos municípios, por mais frágeis e desorganizados que sejam, e aí ele não está falando de
241 municípios organizados como São Mateus, Viana, mas com todo mundo funcionando, ajudando e
242 somando para o SISNAMA de fato funcionar. O Sr. Felipe Rigoni, Presidente da SEAMA e do
243 CONSEMA, complementa a fala do Diretor Presidente do IEMA, dizendo que, em relação a essa
244 questão de servidores, de que está em período de chamamento de mais 42 servidores para ampliar o
245 quadro de pessoal e conseguir incrementar um pouco o trabalho do IEMA, pois nesse sentido que o
246 que Sr. Mario Louzada disse, o IEMA trabalha com muita responsabilidade, e ele também diz que
247 uma outra coisa que é importante citar é que na parte de recuperação florestal, o IDAF também exige
248 uma compensação, que será feita quando o processo voltar pelo IDAF, ou seja, essa aqui é só do
249 SNUC e depois tem uma outra em que o IDAF faz os cálculos. O Sr. Luciano Bazoni Junior/IBAMA

250 manifesta sua preocupação com o SISNAMA, para que saia dessa falência que se encontra
251 atualmente, principalmente na questão de servidores, de capacitação, e acha que a SEAMA tem um
252 papel fundamental, está fazendo capacitação, o IBAMA tem colaborado com isso e não se pode
253 esquecer dos municípios, pois eles hoje têm atribuição, inclusive de uma resolução daqui do
254 CONSEMA, para fazer licenciamento, e muita gente não sabe, os consórcios não funcionam direito, se
255 desculpa pela franqueza de sua fala, então tem que haver atenção de fato com os municípios e com
256 as ações que todos os presentes puderem pensar e fazer em prol de estruturar os municípios, pois
257 muitos não têm nem secretaria de meio ambiente, e é muito triste que a realidade ambiental do
258 Brasil de fato seja essa relegada, na qual ninguém dá muita atenção. Ele então diz que possui duas
259 questões em relação ao estudo: uma que ele não percebeu que o empreendimento iria passar dentro
260 de uma UC, até o Secretário Sr. Felipe Rigoni mencionar, mas essa informação é extremamente
261 importante, e deveria estar sob a tenção de todos e ele não percebeu, e pede desculpas. E a outra
262 questão é que ele acha muito grande a área de mais de 50 hectares de supressão de vegetação para
263 uma linha de 85 quilômetros, e que a ideia do licenciamento, de todo mundo estar a favor dessas
264 obras, ele concorda que são necessárias, e que ideia enquanto licenciador é minimizar o impacto e
265 viabilizar o empreendimento, mas que a ideia de supressão de vegetação na Mata Atlântica,
266 especialmente no Espírito Santo, tem que ser a menor possível, ou seja, tentar reduzir a zero, e ele
267 não sabe qual foi o olhar para essa questão, pergunta o motivo que não desviaram isso dessa UC, e
268 por quê não apresentaram no estudo as alternativas locais e enfim, sugere que a LI reduza
269 drasticamente esse traçado para diminuir a supressão de vegetação, a qual, inclusive, impactará a
270 fauna, e reitera que acha muito grande e absurdo os mais de 50 hectares de desmatamento. Não
271 havendo mais manifestações, pelo Presidente do CONSEMA, Sr. Felipe Rigoni informa que fará a
272 votação da LP como um todo, com todas as condicionantes, pois o regimento permite e isso agiliza o
273 processo de votação, e depois, algum Conselheiro, se quiser, poderá destacar uma condicionante
274 para ser votada em separado. Desta forma, o Parecer Técnico do IEMA, que versa sobre a LP do
275 empreendimento da ISA/CTEEP é colocado em votação, e é aprovado pela maioria dos presentes (18
276 votos), com 04 abstenções (IBAMA/IBA/IMD/FAMOPES). O Presidente do CONSEMA Sr. Felipe Rigoni
277 parabeniza a equipe do IEMA e agradece a presença dos representantes do empreendimento e do
278 município de Viana e passa para o próximo ponto de pauta.

279
280 **PONTO IV - APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DA BIODIVERSIDADE. REQUERENTE:**
281 **SUBAP/SEAMA;**

282 O Presidente do CERH Sr. Felipe Rigoni abre o tema, e faz uma breve contextualização, e passa para a
283 equipe da SEAMA, Sr.^a Fabiana Cruz e Sr.^a Thais Volpi, que fazem sua apresentação (em anexo), e a
284 Subsecretária, Sr.^a Fabiana Cruz, esclarece o contexto histórico dessa política no estado, dizendo que
285 ela nasceu a partir da criação da Subsecretaria de Estado de Biodiversidade e Áreas Protegidas, a qual
286 ela está à frente, e da Gerência de Biodiversidade e Biotecnologia, que será apresentada pela
287 Gerente Sr.^a Thais Volpi, quando então foi constatado que ainda faltava um marco legal da
288 Biodiversidade no Estado, que é a Política Estadual da Biodiversidade. Finalizada a apresentação, é
289 passada a palavra para a plenária, e o Sr. Almir Bressan Junior/FECOMÉRCIO diz que a apresentação
290 foi clara e que é um grande desafio no estado, não ter havido nunca uma política e programas para
291 conservar a biodiversidade. Ele ainda comenta que em décadas passadas, principalmente nos anos
292 80, os incentivos governamentais dados aos produtores para se fazer benfeitorias na propriedade,
293 por meio de financiamentos bancários, por exemplo, demandavam a realização de desmatamento de
294 áreas como contrapartida, e cita outros exemplos da época, e diz que depois foi criada a nova
295 legislação, onde se pede para que faça a recuperação de reserva legal e recuperação de áreas d e
296 preservação permanente, e havia recursos para isso, mas que não tem visto nada relacionado ao

297 pagamento por serviços ambientais para proprietários rurais que tenham 80% da sua propriedade
298 em floresta, e quantificar isso em biodiversidade e, sugere, uma vez que se está formulando o marco
299 zero da biodiversidade, que se olhe para quem de fato preservou, premiar quem preservou, e não
300 quem degradou. Em seguida, o Sr. Weber Rocha/ INSTITUTO GOIAMUM diz que existem várias
301 RPPNS, e a RPPN da Fazenda do Cafundó, em Cachoeiro, de quatrocentos e poucos hectares, não
302 recebe nem um centavo para manter a mata inteira e que, especificamente, virou uma ilha, e em
303 torno dela está tudo desmatado, não tem nada, e hoje eles até pensam em fazer outra coisa com a
304 área, porque não justifica ter tanta mata e não estar recebendo nada por isso, ou seja, tem que haver
305 um trabalho, não só para potencializar aquela área, mas também pelo menos fazerem os corredores
306 ecológicos, que uma hora dessas será mais do que necessário, e então é preciso haver essa
307 contribuição para essas pessoas. A Subsecretária Sr.^a Fabiana Cruz diz que, em relação à questão de
308 pagamento por serviço ambiental, que o Programa Reflorestar, que é um programa muito bem
309 estabelecido aqui no estado, inclusive referência em âmbito nacional, conseguiu também incluir
310 como bonificação financeira aos proprietários rurais participantes do programa, as propriedades que
311 possuem espécies criticamente ameaçadas de extinção aqui no estado, e também a SEAMA está
312 fazendo a revisão da legislação de PSA aqui no Estado, ou seja, existe uma previsibilidade de se fazer
313 pagamento de serviço ambiental às RPPNs aqui no Estado, algo que a SEAMA está estudando e
314 trabalhando para desenvolver da melhor forma possível. A Sr.^a Thais Volpi complementa dizendo que
315 todas essas questões estão no radar de quem discute biodiversidade de fato, de que muitas vezes,
316 bonifica-se quem precisa recuperar, mas não se valoriza a floresta em pé em si e quem mantém essas
317 áreas há muito tempo. Ela diz ainda que se tem discutido hoje as OMECS, que são as outras medidas
318 eficazes de conservação, e o reconhecimento dessas áreas, até para que quando todo esse mercado
319 de crédito de biodiversidade se estruturar, essas áreas também possam ser preferenciais nesse
320 mercado, e é claro que a partir desse marco legal, outros instrumentos serão construídos ancorados
321 nele, pois se precisa construir todo o resto. A Sr.^a Fabiana Cruz diz ainda que também se está fazendo
322 um diagnóstico do perfil e potencial turístico das RPPNs para alavancar o turismo sustentável aqui no
323 estado, desde o primeiro seminário envolvendo todas as RPPNs aqui no Espírito Santo, em setembro
324 do ano passado, ficou definida uma carta compromisso com o Ministério Público, SEDES, SEAMA e
325 SETUR. Ela diz que a SETUR, em conjunto com a SEAMA, irá fazer a implantação, a instalação de
326 placas de sinalização nas RPPNs que tiverem interesse. Essa parte de turismo está sendo trabalhada,
327 porque, por exemplo, a RPPN Cafundó tem um super potencial para desenvolver ainda mais o
328 turismo, ou seja, ganhar dinheiro não está só relacionado a mercados de biodiversidade, de créditos
329 de biodiversidade, mas também com o turismo sustentável. A Sr.^a Idalucia Bergher/ CRBIO diz que
330 quando soube desse projeto ficou empolgada e já queria indicar várias pessoas para participar, e se
331 desculpa caso tenha se excedido à época, mas que viu que está em boas mãos e solicita registro de
332 que o Conselho tem orgulho e parabeniza essa equipe. O Sr. Yhuri Nóbrega/ INSTITUTO MARCOS
333 DANIEL parabeniza a equipe e diz que muitas pessoas procuraram o IMD para saber sobre esse
334 programa, por conta da sua atuação com a biodiversidade, especialmente com as espécies
335 ameaçadas, e ele então quer deixar registrado que, hoje, nessa parte de biodiversidade, o Instituto
336 fica sempre 100% tranquilo e confiante na capacidade técnica, na capacidade de articulação e na
337 capacidade de conectar as políticas públicas de uma maneira moderna e corajosa como essa equipe
338 da SEAMA vem desempenhando, dando um show de cidadania, enquanto ambientalistas, cientistas e
339 servidoras públicas. A Sr.^a Fabiana Cruz manifesta que isso só é possível graças à parceria do
340 Conselho, sempre contribuindo tecnicamente e fornecendo apoio, diz que está para servir a
341 sociedade e agradece. O Sr. Luciano Bazoni Junior/ IBAMA parabeniza a equipe e diz que existe uma
342 Política Nacional de Pagamento para os Serviços Ambientais de 2021, e no final do ano passado a foi
343 feita uma portaria do MMA para a criação de um GT, para discutir a criação de um decreto nacional,
344 mas que já tem alguns estados que possuem decreto instituindo suas políticas estaduais para
345 pagamento por serviços ambientais. Então, ele diz que isso é algo que se pode também começar a
346 discutir no futuro, e que se falar de conservação de biodiversidade e permitir uma supressão de
347 vegetação de 50 e tantos hectares é completamente paradoxal, e pede para que isso seja olhado com
348 mais carinho no Conselho, porque é muito sério, o IBAMA, por exemplo, está fazendo multa de meio

349 hectare, e cobra a recuperação dessas áreas até o fim. Então, assim, se cobra das pessoas, dos
350 particulares, a recuperação de meio hectare, porque as áreas no Estado são muito pequenas, mas ele
351 quando ouve falar de uma supressão, a maior que ele tem lá hoje é de 20 ha. Então, é preciso ter
352 esse olhar, pois é lógico que se quer um empreendimento dando dinheiro para os municípios, e é
353 papel de todos incentivar que isso aconteça, até para perder essa coisa do IBAMA e dos órgãos
354 ambientais, de o licenciamento ser impeditivo para o avanço. Mas hoje, no momento que se está,
355 não se pode aceitar mais a implantação de empreendimentos que irão gerar tanto impacto, e para o
356 ES, esse valor é muito alto, e esse é só um exemplo para que se venha para a plenária com esse olhar
357 de ambientalista mesmo, de proteger o ambiente, pois é lógico que se quer o desenvolvimento, mas
358 não a qualquer custo. A Secretária Executiva Sr.^a Cintia Laures diz que por isso é que pede que todos
359 analisem os processos de forma sucinto, mas abrangente, que todo mundo receba os processos na
360 íntegra, é por isso que desde 2019 todos os Conselheiros de todos os Conselhos aqui da SEAMA
361 recebem toda a documentação, e então é importante chegar na reunião com documentos analisados
362 e que dentro da reunião todos os Conselheiros fiquem sintonizados, para que se possa ter um ganho,
363 um aprendizado e uma discussão de uma forma mais rápida, eficiente e clara. Em seguida, A Sr.^a
364 Renata Bonfim/IBA parabeniza a equipe na condição de RPPNista, e diz que durante muito tempo se
365 sentiu muito abandonada, mas há um bom tempo, eles têm conseguido encontrar as portas abertas
366 na SEAMA, e no IEMA também, que os ajuda a pensar juntos algumas soluções para os problemas,
367 inclusive agora, com a questão dos macacos eletrocutados, entre outros e, já que a equipe da SEAMA
368 está se debruçando sobre as RPPNs, ela traz uma questão muito problemática, que é a questão da
369 aquisição de terra para a ampliação do corredor e a ampliação da RPPN, pois eles estão há mais de
370 dois anos tentando adquirir a área ao lado e já bateram em todas as portas possíveis - senador,
371 deputado, etc., mas a legislação não permite a compra de terra, nem que seja para ser colocada
372 como 100% de reserva, até porque lá existem animais muito vulneráveis, pois sua RPPN está numa
373 área prioritária de preservação. Então ela diz que se precisa pensar em novas alternativas para
374 resguardar o remanescente de Mata Atlântica e a RPPN é uma estratégia para essa preservação. Ela
375 opina que acha que a elaboração desse marco legal foi um avanço e que espera que avancem muito
376 mais. A Secretária Executiva Sr.^a Cintia Laures agradece a equipe pela apresentação e diz que é
377 sempre muito bom trazer esse tipo de matéria e de informação a todos os conselheiros, que aos
378 poucos irá trazer para as reuniões do CONSEMA, todas as atividades, projetos e programas que as
379 novas Subsecretarias estão desenvolvendo dentro da temática técnica do meio ambiente e junto com
380 as autarquias, no CONSEMA, com o IEMA, prioritariamente, e no CERH, normalmente com a AGERH,
381 e passa para o próximo ponto de pauta.

382

383 **PONTO V - ASSUNTOS GERAIS;**

384 A Secretária Executiva Sr.^a Cintia Laures abre o tema e passa a palavra para a plenária. A Sr.^a Renata
385 Bonfim/IBA, que convida a todos para celebrar os dezessete anos da Reserva Natural Reluz, no
386 próximo dia 19/06, às 9h, neste mesmo local, quando haverá o 1º Colóquio Ambiental Reluz, onde se
387 pretende discutir ações para o enfrentamento da crise climática no Espírito Santo, e as ideias
388 advindas desse encontro serão reunidas em um documento para entregar ao poder público. O Sr.
389 Almir Bressan Junior/FECOMÉRCIO diz que quer levantar um ponto para ser debatido em um
390 determinado momento, que é a questão das fases de sucessão vegetal, ou seja, ele pergunta se
391 quando se vai desmatar 50 hectares, essa área corresponde a uma área de floresta ou é uma área de
392 sucessão vegetal que tem pouca representatividade, se é uma área que tem alguma importância de
393 biodiversidade ou não. Não que as áreas que estejam em sucessão vegetal não sejam importantes,
394 mas um pasto sujo pode ser interpretado como área de Mata Atlântica e não é, e diz que o Decreto
395 da Mata Atlântica estabeleceu isso, mas ele acha que está na hora de se fazer essa graduação na
396 informação. A Secretária Executiva Sr.^a Cintia Laures diz que a supressão de vegetação é feita por
397 pelo IDAF aqui no Estado, e então esse processo será recebido posteriormente, mas o que todos os
398 conselheiros já disseram sobre supressão de vegetação será registrado em ata. E virá todo um
399 arcabouço sobre o tema - laudo dos técnicos do IDAF, estudo florístico, traçado - e então o Conselho

400 poderá se aprofundar ainda melhor dentro do processo de supressão de vegetação. Hoje foi
401 deliberada a LP do empreendimento, só para esclarecer e balizar a todos. O Sr. Leonardo Ferrari/
402 CREA sugere que sejam abertas novas vagas para as entidades de classe do CREA, porque
403 oportunizará a vinda de um engenheiro florestal, de um engenheiro ambiental, e talvez de um
404 engenheiro civil, um geólogo, um geógrafo, pois o Sistema CREA/CONFEA é composto por uma série
405 de formações profissionais. A Secretária Executiva Sr.^a Cintia Laures esclarece que a composição do
406 Conselho é regulamentada por decreto do Governador e que essa plenária é paritária e tripartite,
407 logo, todos os segmentos estão aqui contemplados e não se consegue desmembrar uma instituição
408 dessa forma, porque senão teria que se desmembrar em todas as instituições e que o importante é
409 que o conselheiro que aqui esteja representando tente fazer esse compartilhamento com os demais,
410 que converse e analise a matéria internamente e traga de comum acordo os entendimentos para o
411 plenário. E ela ainda esclarece que entende a fala dele, que sabe que muitas vezes as demandas são
412 inúmeras, mas que dá um tempo aos Conselheiros, uma vez que as reuniões são convocadas com a
413 antecedência devida, para que todos consigam fazer essa conversa dentro da sua instituição, pois
414 esse desdobramento por instituição, tornaria o plenário imenso. Ela acrescenta que hoje, dentro da
415 sociedade civil, existem esses dois conselhos representativos, CREA e CRBIO, e que isso pode mudar
416 no futuro, mas é um decreto do governador que tem uma legislação amparada para isso, e que eles
417 avançam nas tratativas da melhor forma possível. Além de compartilhar as informações com a sua
418 instituição, pode-se ainda trazer um colega do CREA para participar na reunião, e o Conselheiro pode
419 passar a palavra para ele, e cita que no CERH, as instituições CESAN e FINDES sempre trazem técnicos
420 para as reuniões de acordo com a temática abordada no ponto de pauta, a fim de melhor
421 contribuírem com as discussões. O Coordenador Técnico Sr. Elias Alberto Morgan complementa a fala
422 da Secretária Executiva e manifesta que a empresa deve cumprir as condicionantes da LP e que ela
423 irá fazer o requerimento de LI, e que para a emissão de LI, o processo de supressão vai ter que ser
424 submetido a essa plenária, então seria interessante trazer esse profissional com um conhecimento
425 razoável para participar do debate. A Sr.^a Cintia Laures diz para que todos fiquem abertos para
426 compartilhar dentro do segmento de cada um, dentro da instituição, para que cheguem nessa
427 plenária o mais preparados possível para a tomada de decisão de deliberação. Ela finaliza os informes
428 gerais convidando a toda a plenária para o evento Sustentabilidade Brasil, que acontecerá de 24 a 28
429 de junho no pavilhão de Carapina, com uma programação muito extensa tecnicamente, e que
430 compartilhará por e-mail e por whats APP maiores informações acerca desse evento, passando-se ao
431 ponto de pauta seguinte.

432 **PONTO VI - ENCERRAMENTO.**

433 A Secretária Executiva Sr.^a Cintia Laures agradece a presença de todos e, não havendo mais assuntos
434 a serem tratados, declara encerrada a reunião.

436 Vitória (ES), 10 de junho de 2024.

438 **FELIPE RIGONI LOPES**
439 **Presidente CONSEMA**

440
441
442
443

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

FELIPE RIGONI LOPES

PRESIDENTE (CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CONSEMA - SEAMA)

SEAMA - SEAMA - GOVES

assinado em 13/12/2024 14:58:29 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 13/12/2024 14:58:29 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por CINTIA CANDIDO MATIAS LAURES (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL IV QCE-03 - SECEX-CONSELHOS - SEAMA - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-VFTZTP>